

| 718 | O TAPETE DE EUDÓXIA: DA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO AO SABER TÉCNICO INTEGRADO À LUTA COTIDIANA

Paola Lisboa Codo Dias

Resumo

Esse artigo busca questionar as formas dominantes de representação da cidade que foram construídas ao longo do processo de transformação das mesmas, com ênfase para o período a partir da Revolução Industrial, quando essa representação foi sendo construída com a contribuição do conhecimento científico e técnico, tendo sido, inicialmente, chamado de **urbanismo** na segunda metade do século XIX, e, posteriormente, de **planejamento urbano**, na primeira metade do século XX. Para tanto, tomou-se como fonte de inspiração a cidade fictícia de Eudóxia, criada pelo escritor Ítalo Calino para o livro “Cidades Invisíveis” que retrata literariamente o conflito entre a cidade real e suas formas de representação, questionando qual seria aquela com potencial para atingir a utopia da cidade ideal. Trazendo a discussão para nossa realidade, resgatou-se a origem histórica das cidades a partir da produção do excedente alimentar, passando pela herança deixada pelas civilizações gregas e romanas cujas cidades atuais estão mais intimamente relacionadas. A seguir, foi apresentado um esquema teórico para classificação das transformações socioespaciais, baseado na teoria de Henri Lefebvre, que classifica a cidade como política, mercantil, industrial e urbana. Dentro desse esquema, foi identificado o surgimento da técnica urbanística com o objetivo de solucionar os males da cidade a partir do contexto de significativo crescimento da cidade industrial, dando origem, posteriormente, ao urbanismo e ao planejamento urbano. Finalmente, é proposta a mudança de paradigma para a matriz urbanística partindo das formas de representação da cidade para a integração do saber científico e técnico ao processo de luta cotidiana.

Palavras-chave: Cidade; Urbanismo; Planejamento Urbano; Representação do Espaço; Luta Cotidiana.

Reflexões sobre a cidade e suas origens

Em Eudóxia, que se estende para cima e para baixo, com vielas tortuosas, escadas, becos, casebres, conserva-se um tapete no qual se pode contemplar a verdadeira forma da cidade. À primeira vista, nada é tão pouco parecido com Eudóxia quanto o desenho do tapete, ordenado em figuras simétricas que repetem os próprios motivos com linhas retas e circulares, entrelaçado por agulhadas de cores resplandescentes, cujo alternar de tramas pode ser acompanhado ao longo de toda a urdidura. (...) A confusão de Eudóxia, os zurros dos mulos, as manchas de negro-de-fumo, os odores de peixe, é tudo o que aparece na perspectiva parcial que se colhe; mas o tapete prova que existe um ponto no qual a cidade mostra as suas verdadeiras proporções, o esquema geométrico implícito nos mínimos detalhes.(...)

Sobre a relação misteriosa de dois objetos tão diferentes entre si como o tapete e a cidade, foi interrogado um oráculo. Um dos dois objetos – foi a resposta – tem a forma que os deuses deram ao céu estrelado e às órbitas nas quais os mundos giram; o outro é o reflexo aproximativo do primeiro, como todas as obras humanas.

Há muito tempo, os profetas tinham certeza de que o harmônico desenho do tapete era de feitura divina; interpretou-se o oráculo nesse sentido, sem dar espaço para controvérsias. Mas da mesma maneira pode-se chegar à conclusão oposta: que o verdadeiro mapa do universo seja a cidade de Eudóxia assim como é, uma mancha que se estende sem forma, com ruas em ziguezaque, casas que na grande poeira desabam umas sobre as outras, incêndios, gritos na escuridão. (Calvino, 1990, p. 91-92)

Foi em sua longa viagem pelo imenso e, porque não, fantástico império tártaro comandado pelo temido Kublai Khan, que Marco Pólo conheceu a cidade de Eudóxia. E é parte da descrição realizada pelo grande explorador que pode ser lida no excerto acima, retirado do livro “As cidades invisíveis” de Ítalo Calvino (1990). O relato sobre Eudóxia nos leva a refletir a respeito da real natureza do objeto **cidade**, assim como das tentativas de interpretação, representação e intervenção técnica nessa espacialidade particular.

O termo **cidade**, além de outras palavras como **cidadão**, **cidadania** e **civilização**, deriva do latim *civis* e *civitas*, que nos remete às antigas cidades do Império Romano. O conceito de **política** vem da definição grega de *pólis*, que correspondia às cidades-Estado da Grécia Antiga. O termo **urbano** também surgiu do latim, com dupla conotação: i) de *urbanum* (arado) veio o sentido de povoação; e, da sua simplificação semântica ii) *urbe* e *urbs*, o último termo se referindo à Roma, cidade-império e centro do mundo durante o apogeu do Império Romano entre os séculos I a.C. e V d.C. (Monte-Mór, 2005, p. 943).

A espacialidade reconhecida como cidade pode ser encontrada mesmo em tempos ainda mais remotos, como no período de formação das primeiras civilizações¹ como na região da Mesopotâmia e no Antigo Egito.

Todavia, a reflexão sobre a origem das cidades pode levar aos primórdios da história da humanidade. Para Paul Singer (1973), por exemplo,

Quando se pensa qualquer sociedade humana que tenha atingido o estágio da civilização urbana, em que a produção e/ou captura de um excedente alimentar permite a uma parte da população viver aglomerada, dedicando-se a outras atividades que não à produção de alimentos – a divisão entre a urbe e campo aparece claramente aos olhos. (Singer, 1973, p. 11).

Para esse autor, a origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes, uma vez que só é possível a vida humana na cidade a partir da diferenciação dos homens no processo de produção e distribuição, ou seja, uma sociedade de classes (Singer, 1973, p. 13). Nesse sentido, Roberto Monte-Mór afirma que, desde os tempos mais remotos, a

¹ Ressalvas devem ser feitas em relação ao conceito de civilização. De acordo com Monte-Mór, “Povos que não as produziram [as cidades] em construções densas, como os seminômades das Américas, eram considerados não-civilizados, em oposição às ‘civilizações’ Maias, Astecas e Incas. Novas abordagens etno-históricas, antropológicas e arqueológicas questionam, todavia, a pertinência dessas classificações, enquanto a geografia contemporânea discute o próprio sentido da cidade” (Monte-Mór, 2005, p. 943)

separação entre os trabalhos intelectual e manual permitiu que a cidade passasse a dominar o campo, a partir do comando do mercado sobre as atividades de produção (Monte-Mór, 2005, p. 942).

As transformações socioespaciais da cidade sob uma perspectiva temporal

As cidades e o contexto no qual estão inseridas – histórico, social e econômico – apresentam uma relação dialética que, ao longo do tempo, leva a passagens de uma forma socioespacial a outra. No intuito de compreender essa transformação ao longo do tempo, Henri Lefebvre propõe a noção de um processo contínuo de mudança das cidades desde os primórdios da **cidade política** até o **fenômeno urbano**, passando pela **cidade mercantil** e pela **cidade industrial** (Lefebvre apud Monte-Mór, 2005, p. 945).

Em um primeiro momento, surge a **cidade política** que mantém seu domínio sobre o campo a partir do controle político-ideológico e militar. Posteriormente, essa se transforma na **cidade mercantil** que é o lugar onde os excedentes são voluntariamente trazidos e comercializados, resultado da entrada da burguesia na cidade. A segunda passagem se refere à *cidade industrial*, marcada pela entrada da indústria na cidade, ou seja, entrada da produção no espaço do poder, trazendo ainda a classe trabalhadora.

Finalmente, chegar-se-ia ao processo de *revolução urbana*, culminando na *sociedade urbana* que nasce da industrialização, mas que compreende a urbanização completa da sociedade, hoje virtual, amanhã real. O conceito de *sociedade urbana* não se refere a um fato consumado, mas a uma tendência e orientação: “Essa sociedade só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas.” (Lefebvre, 1999, p. 15).

Para se entender a virtualidade da sociedade urbana, deve-se, antes, analisar o processo de formação e crescimento da cidade industrial na qual tem origem. Sua importância reside no fato dessa espacialidade efetivar a passagem da cidade ao urbano.

De fato, a urbanização tal como hoje a entendemos se iniciou com a cidade industrial. (...) Poucas eram as aglomerações humanas que hoje poderiam ser chamadas cidades no período que antecedeu “a ‘revolução industrial’. A população vivendo em cidades não ultrapassava 20% em quase todos os países e a cidade significou condição fundamental para o desenvolvimento da indústria”. (Monte-Mór, 2005, p. 945)

Desde a Revolução Industrial, período marcado por profundas mudanças tecnológicas, iniciado em meados do século XVIII, houve um crescimento bastante

significativo do número de habitantes das cidades. Enquanto, no século XVIII, a população urbana mundial não chegava a 20%, em 2007, esse número ultrapassava o valor de 50% (Rádio das Nações Unidas, 2007). Com a expansão das cidades industriais e o aumento da população, tornavam-se mais visíveis as dificuldades de sobrevivência de seus habitantes nessa forma de configuração espacial.

A técnica de intervenção para solução dos *males* das cidades: “o urbanismo”

A partir de uma revisão histórica da formação da cidade industrial, Leonardo Benévolo analisa o surgimento da técnica urbanística criada no intuito de corrigir os **males** da cidade, entendendo como tais, os problemas decorrentes da dificuldade de provimento de adequadas condições de sobrevivência aos seus habitantes. O autor detecta ainda a dificuldade de se intervir tecnicamente nesses espaços a partir dos anos 700, considerando as transformações ocorridas desde então até o período da Revolução Industrial:

Por isso, a partir dos meados dos anos 700 (...) diminui a coerência executiva e a capacidade de actuar duradoiramente, com semelhantes meios no tecido das cidades. (...) O refinamento e a elegância destes últimos produtos da tradição clássica encobrem a separação agora total relativamente aos problemas da nova cidade, e impedem de facto qualquer contato entre esta tradição e o ambiente que se vai formando por efeito da revolução industrial. (Benévolo, [s.d.], p. 25)

Benévolo resgata os primeiros teóricos que propuseram alternativas para solução dos **males** da cidade industrial, a partir da segunda metade do século XIX, que dependendo da abordagem, enfatizavam questões de ordem socioeconômica e/ou espaciais em maior ou menor grau.

E é também nesse período, com a expansão da sociedade industrial, que Françoise Choay identifica o surgimento do **urbanismo** com suas diversas correntes de pensamento, sendo que aquelas conhecidas como “culturalista” e “progressiva-racionalista” foram as mais significativas (Choay apud Monte-Mór, 2007). Para a autora, o urbanismo correspondia a “uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica” (Choay apud Monte-Mór, 2007, p. 72).

No entanto, com o passar dos anos, o urbanismo foi sendo transformado em matéria de estudo através da atuação dos arquitetos e foi se tornando “uma matéria despolitizada, quase um elemento físico-espacial a ser tratado segundo uma visão formal-estética” (Monte-Mór, 2007, p. 72). Para Ostrowsky, o urbanista racionalista-progressista está “mais bem preocupado em representar uma visão arquitetural da cidade grande

contemporânea do que em fazer a análise aprofundada de seu complexo organismo” (Ostrowsky apud Monte-Mór, 2008, p. 74).

Já na segunda metade do século XX, o modelo urbanístico progressivo-racionalista foi sendo difundido mundialmente, em parceria com os preceitos da arquitetura modernista, quando foram empregados na reconstrução das cidades europeias destruídas e nas cidades norte-americanas que passavam por um processo de “urbanização predatória”. A ilusão modernista correspondia à possibilidade de reorganização da vida social via reordenação global da cidade (Arantes, 1996, p. 235). Nesse contexto Harvey afirma que:

Os problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados pelos países capitalistas avançados na esteira da Segunda Guerra Mundial eram tão amplos quanto graves. (...) Para se manter democráticas e capitalistas, as políticas do pós-guerra tinham que tratar de questões de pleno emprego, da habitação decente, da previdência social, do bem-estar e das amplas oportunidades de construção de um futuro melhor.

(...) havia em toda parte a tendência de considerar a experiência de produção e planejamento de massa da época da guerra um meio de lançar um amplo programa de reconstrução e reorganização. (...) Foi esse o contexto em que as ideias [modernistas] do CIAM, Le Corbusier, de Mies van der Rohe, de Frank Loyd Wright e outros puderam ter a aceitação que tiveram, menos como força controladora das ideias sobre a produção do que como quadro teórico e justificativa para aquilo que engenheiros, políticos, construtores e empreendedores tinham passado a fazer por pura necessidade social, econômica e política. (Harvey, 2008, p. 71)

Do urbanismo ao planejamento urbano no contexto das cidades brasileiras

No Brasil, as tendências do urbanismo internacional foram sendo incorporadas tardiamente, na medida em que o capitalismo penetrava em seu espaço econômico, sendo que o modelo progressista-racionalista representou a maior influência (Monte-Mór, 2007, p. 73). A modernidade nas cidades brasileiras foi sempre incompleta e mesclada à reprodução de culturas mais tradicionais, “a ponto de, no nosso país, o moderno sofrer uma crítica, embora residual, através do tradicional.” (Damiani, 2000, p. 24)

Até os anos de 1930, as próprias empresas resolviam a questão da moradia através da construção de vilas operárias próximas ao local de trabalho. Contudo, a intensificação da industrialização e, conseqüentemente, o crescimento das cidades que serviam de *locus* para esse processo decorreu no surgimento de um exército industrial de reserva pouco qualificado aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares, ao

mesmo tempo em que ocorria a valorização dos terrenos fabris e industriais (Kowarick, 1979, p. 34-35).

A partir de então, as empresas passaram a transferir não só o custo de moradia para os próprios trabalhadores, como também os custos de transporte e os relacionados aos serviços de infraestrutura urbana. É nesse cenário que surge “o que passou a ser designado como periferia: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a máquina econômica” (Kowarick, 1979, p. 35).

Para Kowarick, o papel do Estado, nesse momento, contribui para os processos citados anteriormente, já que é ele quem proporciona o suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial e, ao mesmo tempo, mantém o controle social: “O controle e a contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição de benefícios que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil” (Kowarick, 1979, p. 63).

Desde a instauração da república no final do século XIX, o Estado Brasileiro passou por diversas mudanças, passando por momentos de República Oligárquica - 1889 a 1945, República “para-populista” - 1945 a 1964; República militar-tecnocrática - 1964 a 1989 (Silva, [s.d]), até o recente período de democracia neoliberal e governo “popular” (Damiani, 2000, p. 24). Entretanto, os chamados males urbanos parecem, quando não iguais, pelo menos bastante semelhantes àqueles encontrados na cidade industrial: carências nas áreas de moradia/habitação, saneamento, abastecimento de água, drenagem, transportes, etc.

Acompanhando as transformações na arena política, a forma de se intervir no espaço das cidades também sofreu significativas alterações nesse mesmo período. Inicialmente, o urbanismo propunha experiências como a construção de novas cidades, de cidades particulares monoindustriais ou mesmo de vilas operárias e de bairros-jardins que buscava solucionar os males urbanos através de projetos acabados, isto é, “como uma obra a ser construída e edificada em sua totalidade, o ‘dono’ da cidade tomava a si a função de implementação” (Monte-Mór, 2007, p. 73).

Entretanto, ao longo do século XX, o paradigma de intervenção sobre a espacialidade da cidade foi sendo alterado: de atividades de projeto de novos espaços urbanos para atividades de planificação e planejamento urbano.

No Brasil, uma das primeiras experiências de aplicação de atividade de planejamento urbano se deu com os Planos Diretores no Rio Grande do Sul, a partir de 1935, quando o planejamento passou a ser considerado como um processo e como uma assistência

permanente, visando à implantação gradual dos trabalhos. É nesse processo que Monte-Mór considera que houve a ruptura com o modelo anterior dos projetos acabados, incorporando “a ideia de processo contínuo de planejamento, inserido no contexto político-administrativo como atividade normativa perene” (Monte-Mór, 2007, p. 79-80).

A ideia de planos para ordenar o desenvolvimento das cidades brasileiras remonta os anos de 1930, quando o urbanista francês Alfred Agache publicou o conhecido Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro (Villaça, 2007, p. 10). Na década de 1940, houve experiências de produção de estudos e planos para cidades brasileiras inspiradas no movimento francês “Economia e Humanismo” que introduziu técnicas de pesquisa e de análise até então inexistentes no planejamento urbano brasileiro. Baseados nesses estudos, pesquisadores, arquitetos e urbanistas, do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CEPEU produziram uma série de trabalhos sobre as cidades, incorporando novos conceitos da experiência inglesa e norte-americana. Os resultados desse grupo compreenderam, principalmente, amplos diagnósticos, mas que não mobilizaram os governos para uma ação efetiva (Monte-Mór, 2007, p. 80).

A partir dos anos de 1960, o paradigma de elaboração dos planos se alterou com a incorporação de sociólogos e economistas à equipe de arquitetos e engenheiros para o desenvolvimento das análises técnicas a partir de trabalhos realizados em São José dos Campos e na Região do Recife. Essa foi a fundamentação do planejamento urbano integrado intersetorial que caracterizou os anos de 1960 a 1980 (Monte-Mór, 2007, p. 80) e que influenciou o processo de planejamento contemporâneo brasileiro a partir dos anos de 1990.

A prática de planejamento urbano no Brasil foi sendo consolidada durante as décadas de 1960 e 1970, principalmente, no nível federal, através de uma profusão de planos de variadas denominações: Plano Diretor, Planejamento Integrado, Plano Urbanístico Básico, Plano Municipal de Desenvolvimento, etc. Nesse contexto, foram desenvolvidos diversos planos tecnocráticos, a partir de uma visão externa ao município e que, na maior parte das vezes, ignorava a população, quando não os próprios técnicos locais. De acordo com Ermínia Maricato, “Quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido. Ele se transforma no plano-discurso.” (Maricato, 1997, p. 119)

Flávio Villaça critica duramente a visão dominante na sociedade brasileira e nos meios de comunicação que consideram a existência de planos urbanos como uma solução imediata e indispensável para os problemas da cidade:

Nossa sociedade está encharcada da ideia generalizada de que o Plano Diretor (na concepção ampla) é um poderoso instrumento para a solução de nossos problemas urbanos, na verdade indispensável, e que, em grande parte, se tais problemas persistem é porque nossas cidades não tem conseguido ter e aplicar esse miraculoso Plano Diretor. É impressionante como um instrumento que praticamente nunca existiu na prática, possa ter adquirido tamanho prestígio por parte da elite do país. (Villaça, 2007, p. 10).

Desafio do planejamento urbano contemporâneo: da representação do espaço ao saber científico e técnico integrado à luta cotidiana

Apesar das diversas críticas, os planos se tornaram figuras fundamentais no planejamento urbano brasileiro, após a Constituição de 1988. Esse instrumento, atualmente denominado **Plano Diretor**, ganhou nova importância, uma vez que foi a ele vinculado a definição da função social da propriedade e o estabelecimento dos instrumentos urbanísticos. Há de se destacar que cada município brasileiro tem competência legal para instituir seu próprio plano, seguindo as diretrizes gerais da legislação federal, contudo pode lidar com a função social da propriedade a partir de diferentes conteúdos, de acordo com o rol de instrumentos urbanísticos que o contexto político local permitiu elencar na legislação municipal.

Para Heloísa Costa, a década de 1990 pode ser vista como uma tentativa de síntese entre a herança do planejamento compreensivo no qual o saber técnico era o elemento norteador e o plano que representa a herança decorrente dos movimentos populares que desde o fim da década de 1970 vem trazendo suas demandas ao debate público, resgatando e incorporando, em alguns casos, as práticas populares e o saber tradicional (Costa, 2003b, p. 114-115).

Hermínia Maricato constata que não é por falta de planos e de legislação urbanística que as cidades brasileiras cresceram de maneira predatória, mas sim pelo descompasso entre as ideias - concepções, legislação, planos, etc. - e o lugar (Maricato, 2000, p. 147). Existe um descompasso entre as matrizes que fundamentaram o planejamento e a legislação urbanos brasileiros e a realidade socioambiental, destacando a expressiva ocupação ilegal nas periferias e favelas (Maricato, 2000, p. 121).

Nesse sentido, o desafio estaria na integração entre o planejamento e a gestão urbanos, de maneira a tornar real as aspirações e os desejos, teoricamente democráticos, expressos nos Planos Diretores municipais. Por outro lado, Luciana do Lago defende que o desafio do projeto democrático de acesso à cidade reside no fato de tornar visível para a

sociedade as contradições e os paradoxos inerentes ao princípio das ações políticas (Lago, 2004, p. 33). Concluindo, Maricato salienta ainda que:

talvez mais importante do que tudo, ela [a nova matriz urbanística] não pode ignorar a necessidade de desconstrução das representações dominantes sobre a cidade e nem a necessidade de construção de uma nova simbologia engajada a uma práxis democrática. (Maricato, 2000, p. 169).

Essa questão nos remete ao enigma de Eudóxia, no qual não se sabe se é a representação técnica do espaço - o tapete - ou se é a forma decorrente da luta cotidiana² - a cidade caótica com seus urros e odores - que corresponde à forma que os deuses deram ao céu estrelado, ou seja, à utopia de cidade ideal. Assim sendo, há de se questionar a respeito dos limites das medidas de representação, de intervenção e de regulação propostos pelo urbanismo e pelo planejamento urbano sobre o ambiente construído moldado por um processo social, econômico e político mais amplo.

Dessa forma, permanece atual a discussão a respeito do caráter crítico do urbanismo e do planejamento urbano. Lefebvre critica duramente o urbanismo, considerando-o como uma ilusão ligada a duas outras: a “ilusão filosófica” uma vez que se entende como sistema que assim como a filosofia “acredita encerrar o mundo inteiro” e a “ilusão estatista” na qual o Estado pretende saber e ser gestor dos “assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos”, erigindo-se “tanto como diretor da consciência, quanto administrador superior” (Lefebvre, 1999, p. 139-140).

Lefebvre defende que “as boas intenções ideológicas” não servem de desculpa para a negligência da atividade urbanística perante a prática urbana - *práxis* - que se apresenta para o urbanista como um *campo cego*, já que ele não o vê, não o estuda e menos ainda o compreende. A partir dessa visão deturpada, o urbanista substitui a *práxis* por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações. Ele não sabe de onde tais representações provêm, nem o que elas implicam, ou seja, as lógicas e estratégias a que servem (Lefebvre, 1999, p. 141).

Para Lefebvre, mesmo no caso dos profissionais planejadores e planejadores, o pensamento sobre o espaço

oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupados pelos resultados dessas lógicas e estratégias (Lefebvre, 1999, p. 141).

² Segundo Lefebvre, a *práxis* socioespacial ou luta cotidiana é aquela que procura manter ou resgatar o valor de uso do espaço da tendência a transformá-lo unicamente em valor de troca (Lefebvre apud Costa, 2003a, p. 13) e “que não pode ser visto de forma separada da luta política” (Lefebvre apud Costa, 2007, p. 18).

Otilia Arantes também detecta essa necessidade de ampliação do campo de interpretação do espaço urbano conformado pelas cidades, para além da visão formal do espaço:

Com a volta à cidade nos termos em que vem ocorrendo, essa disciplina [a arquitetura] ruiu, extravasando o círculo de dedicação exclusiva. Atualmente a cidade foi tomada de assalto por uma legião de especialistas em outras coisas. Bom sinal, no mínimo, de que a arquitetura, e em particular a arquitetura da cidade, tornou-se referência obrigatória da sociedade contemporânea. (Arantes, 1996, p. 229)

Portanto, não seria hora dos profissionais ligados às questões territoriais, com destaque para os arquitetos e urbanistas, refletirem mais profundamente sobre suas representações da cidade e da sociedade e, conseqüentemente, sobre as formas de se intervir nesses espaços? Não seria o momento de aprofundarmos nossa análise sobre as questões urbanas, de maneira a não nos deixarmos iludir pelo suposto poder da forma espacial de, exclusivamente, provocar alterações na estrutura da sociedade? Por outro lado, também não seria tempo de pensar nas potencialidades da dimensão espacial e nos processos ligados a ela que poderiam contribuir para a transformação dessa mesma sociedade?

Como na reflexão dos profetas sobre a cidade de Eudóxia descrita por Marco Pólo, já é hora de propormos uma mudança de paradigma para a matriz urbanística partindo das formas de representação da cidade e, conseqüentemente, dos seus modos de intervenção, para a integração do saber científico e técnico ao processo de luta cotidiana, considerando sempre as relações estruturais sociais, econômicas e políticas que produzem a cidade. Lembrando Arantes (1996, p. 229), o tempo em que arquitetura e a cidade eram coisa de prancheta e canteiro já passou!

Referências Bibliográficas

Arantes, O. B. F. 1996. Cultura da cidade: animação sem frase. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania*, no. 24, 229-241.

Benevolo, L. 1994. *As origens da urbanística moderna*. São Paulo, Livraria Martins Fontes.

Brasil, F. P. D. 2004. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos noventa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, no. 2, 35-52.

Calvino, I. 1990. *As cidades invisíveis*, 2º ed., São Paulo, Companhia das Letras.

Camargo, C. P. F. et al. 1976. *São Paulo 1975 – crescimento e pobreza*, São Paulo, Edições Loyola.

Costa, G. M. 2003. 'A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana', in Limonad, E (org.), *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*, Niterói, UFF/GECEL, 9-14.

Costa, G. M. 2007. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? *Etc: Espaço, tempo e crítica, Revista Eletrônica Científica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas* [Em linha], vol. 1, no. 2. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_2.pdf [Consult. 04 abril 2011].

Costa, H. S. M. 2003. 'Gestão urbana e controle social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do Orçamento Participativo em Belo Horizonte', in Gonçalves, M. F.; Brandão, C.A.; Galvão, A.C. (orgs.), *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*, São Paulo, Ed. UNESP - ANPUR, 113-129.

Costa, H. S. M.; Costa, G. M. 2005. 'Repensando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental', in Diniz, C. C. & LEMOS, M. B. (org.), *Economia e território*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 365-382.

Damiani, A. 2000. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Revista Terra Livre*, vol. 15, 21-37.

Harvey, D. 2009. *Espaços de Esperança*, 3º ed., São Paulo, Edições Loyola.

Harvey, D. 2008. *Condição pós-moderna*, 17º ed., São Paulo, Edições Loyola.

Kowarick, L. 1979. *A espoliação urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Lago, L. C. 2004. Os instrumentos da reforma urbana e o ideal da cidadania: as contradições em curso, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, no. 2, 27-34.

Lefebvre, H. 1999. *A revolução urbana*, Belo Horizonte, Editora UFMG.

Maricato, E. 2000. 'As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias', in Arantes, O. et al., *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis, Vozes, 121-192.

Maricato, E. 1997. Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, ano XI, no. 1 e 2, 113-130.

Monte-Mór, R. L. 2005. What is the urban in the contemporary world. *CSP – Cadernos de Saúde Pública*, vol. 21, no. 3, 942-948.

Monte-Mór, R. L. 2007. Planejamento Urbano no Brasil: emergência e consolidação. *Etc: Espaço, tempo e crítica, Revista Eletrônica Científica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas* [Em linha], vol. 1, no. 1. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_4.pdf [Consult. 10 setembro 2011].

Rádio das Nações Unidas. *Pela primeira vez, população urbana supera a rural no mundo* [Em linha]. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/155399.html> [Consult. 12 janeiro 2012].

Singer, P. 1973. *Economia Política da Urbanização*, São Paulo, Brasiliense/CEBRAP.

Silva, J. A. [s.d.]. *Evolução Político Constitucional do Brasil no Terceiro Quartel do Século XX. Biblioteca Jurídica Virtual* [Em linha]. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM. Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/712/4.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

Villaça, F. 2007. *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf [Consult. 10 setembro 2011].

Zukin, S. 1996. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania*, no. 24, 205-219.